

**Licenciamento de uma entidade responsável pela organização e manutenção do
registo de produtores de pilhas e acumuladores, nos termos do artigo 24.º do
Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro
ECOPILHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda.**

Considerando o Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, com a redacção dada pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2009, de 6 de Março de 2009 e pelo Decreto-Lei n.º 266/2009, de 29 de Setembro, que estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos;

Considerando o pedido de licença apresentado, em Agosto de 2009, pela ECOPILHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda. para assegurar a organização e manutenção de um registo de produtores de pilhas e acumuladores, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 24º do referido diploma;

Considerando a alteração efectuada pela ECOPILHAS aos seus estatutos constitutivos, de forma a abranger no seu objecto, o registo de produtores de pilhas e acumuladores;

Considerando o previsto na Decisão da Comissão 2009/603/CE, de 5 de Agosto, que estabelece requisitos para o registo dos produtores de pilhas e acumuladores, expressando a necessidade de que as despesas com o registo aplicável aos produtores de pilhas e acumuladores, sejam baseadas nos custos e proporcionadas;

Considerando o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente;

O Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente concede à ECOPILHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., nos termos e para os efeitos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, uma licença para assegurar o registo de

produtores de pilhas e acumuladores, que se rege pelas disposições do referido decreto-lei e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

Objecto e âmbito

1. A ECOPIHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., a seguir designada por titular, é licenciada, de acordo com as cláusulas constantes da presente licença, para organizar e assegurar a manutenção do registo de produtores de pilhas e acumuladores portáteis e de produtores de pilhas e acumuladores industriais.
2. O âmbito da presente licença aplica-se exclusivamente aos produtores de pilhas e acumuladores portáteis e de produtores de pilhas e acumuladores industriais, cuja responsabilidade pela gestão dos resíduos lhe tenha sido transferida enquanto entidade gestora e nos termos da licença de que é titular ao abrigo do Despacho n.º 2863/2010, de 3 de Março, caso seja essa a sua opção.

CLÁUSULA 2.ª

Validade

3. A licença é válida por um ano a contar da data da sua assinatura.
4. A licença pode ser prorrogada por idênticos períodos mediante requerimento da titular a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente com uma antecedência mínima de 30 dias sobre o termo do seu prazo de validade.
5. No caso de a prorrogação ser superior a três anos, a mesma será objecto de uma avaliação da actividade e dos resultados obtidos pela titular, a realizar pela Agência Portuguesa do Ambiente.
6. Quaisquer violações por parte da titular às disposições legais e regulamentares que regem a sua actividade bem como às cláusulas da presente licença, podem determinar a suspensão administrativa da sua eficácia ou a revogação, através de despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente.
7. Em qualquer dos casos referidos no número anterior, a titular terá que providenciar o *backup* e a transferência da totalidade dos processos de registo de produtores de pilhas e acumuladores existentes à data da suspensão ou revogação referidas.



CLÁUSULA 3.ª

Procedimento de declaração das informações relevantes

1. A titular obriga-se a assegurar, organizar e manter o registo obrigatório e periódico dos produtores, de acordo com os requisitos comunitários fixados na Decisão n.º 2009/603/CE, de 5 de Agosto e executar todas as actividades conexas ao registo, designadamente, classificação de pilhas e acumuladores, a verificação das respectivas quantidades e a prestação de informação à Agência Portuguesa do Ambiente e ao público.
2. Para além das obrigações descritas no número anterior, a titular deve recolher a informação prevista no n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.
3. Independentemente da plataforma aplicacional adoptada, e da arquitectura geral do sistema, a titular obriga-se a assegurar que o formato de registo *on-line* permita aos produtores de pilhas e acumuladores, que se encontrem ou não sedeados em território nacional, apresentar as informações requeridas nos números anteriores.
4. O processo declarativo do sistema de registo deve respeitar regras de simplicidade, acessibilidade e ambiente amigável para o utilizador, devendo haver sempre disponível *on line* um manual de utilização actualizado, bem como um serviço de *helpdesk*.

CLÁUSULA 4.ª

Taxas a cobrar pelo procedimento de registo

O valor a suportar pelos produtores de pilhas e acumuladores portáteis e de produtores de pilhas e acumuladores industriais, para efeitos do procedimento de registo definido na cláusula anterior, consta no ponto 8 do anexo que constitui parte integrante da presente licença.

CLÁUSULA 5.ª

Estrutura do sistema de registo

1. No prazo máximo de um mês a partir da data de concessão da presente licença, a titular deve implementar a plataforma informática adoptada para efeitos de registo, tendo em conta os princípios enunciados na Cláusula 3.ª.

2. A entrada em funcionamento da nova aplicação deve ser comunicada à Agência Portuguesa do Ambiente, nos cinco dias seguintes ao final do prazo referido no número anterior.
3. Qualquer alteração ao modelo do sistema de registo, deve cumprir a legislação em vigor e obrigatoriamente objecto de comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente, com uma antecedência mínima de 30 dias antes da pretensa data de entrada em vigor e devidamente fundamentada.

CLÁUSULA 6.ª

Omissão de registo

1. Impende sobre a *titular* o dever de manter informada a Agência Portuguesa do Ambiente sobre o não cumprimento, por parte de produtores aderentes ao seu sistema de gestão das obrigações de registo e de prestação de informação periódica, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.
2. Em casos devidamente fundamentados, a *titular* pode proceder à implementação de procedimentos de cancelamento de produtores registados por via de incumprimento de obrigações referidas no número anterior, mediante proposta apresentada à Agência Portuguesa do Ambiente.

CLÁUSULA 7.ª

Acompanhamento e fiscalização

1. A Agência Portuguesa do Ambiente é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, pela *titular*, das actividades inerentes à presente licença, sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a outras entidades.
2. No exercício da função de acompanhamento referida no número anterior, a Agência Portuguesa do Ambiente pode emitir orientações relativas ao cumprimento das obrigações a que se encontra adstrita a *titular*.

CLÁUSULA 8.ª

Prestação de informação

1. Para além das obrigações específicas de informação estabelecidas no anexo ao presente despacho, a *titular* fica obrigada a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Março do ano imediato aquele a que se reporta, um relatório anual de actividades, evidenciando as acções executadas e respectivos resultados, como decorre da alínea b) do número 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a titular deve proceder ao envio semestral das acções executadas e dos respectivos resultados, bem como dos indicadores de mercado até 60 dias após o término do semestre que reportam.
3. Complementarmente, a titular deve prestar à Agência Portuguesa do Ambiente e demais entidades competentes na razão da matéria toda a informação intercalar que lhe for solicitada, comunicando igualmente, independentemente de solicitação, a ocorrência de factos relevantes para o exercício da sua actividade.

CLÁUSULA 9.ª

Funcionamento e sigilo do sistema

1. A titular é responsável pela integridade, segurança e manutenção das informações recolhidas no sistema de registo de produtores de pilhas e acumuladores, devendo adoptar as medidas necessárias ao normal e seguro funcionamento do mesmo, nomeadamente o recurso a práticas que garantam:
 - a) A confidencialidade e integridade da informação constante do sistema informático;
 - b) A adequada gestão e conservação dos dados lançados no sistema informático;
 - c) A adopção de medidas impeditivas do acesso ao sistema por quem não possua autorização e habilitação adequadas;
 - d) A adopção de medidas de protecção contra práticas de pirataria informática.
2. Nos termos do número 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, as informações prestadas à titular, que constituam segredo comercial ou industrial, são confidenciais.

CLÁUSULA 10.ª

Alterações da licença

As cláusulas da presente licença podem ser objecto de alteração mediante proposta devidamente fundamentada da *titular* ou por iniciativa da Agência Portuguesa do Ambiente, sempre que se verifiquem alterações das circunstâncias subjacentes à sua atribuição, nomeadamente de carácter legislativo.

CLÁUSULA 11.ª

Vigência

A presente licença produz efeitos a partir de data de assinatura.

Alfragide, 22 de Julho de 2010

O Director-Geral

(Mário Grácio)



ANEXO

CONDIÇÕES ESPECIAIS DA LICENÇA CONCEDIDA À

ECOPILHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda.

INTRODUÇÃO

O presente anexo faz parte integrante da licença concedida à

ECOPILHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda.

para assegurar o registo de produtores de pilhas e acumuladores portáteis e de produtores de pilhas e acumuladores industriais, e engloba as seguintes matérias:

- A - Identificação dos produtores abrangidos;
- B - Condições de articulação da actividade da *titular* com os outros intervenientes;
- C - Responsabilidades e dever de sigilo;
- D - Modelo económico-financeiro;
- E - Acompanhamento da actividade.

A - IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES ABRANGIDOS

1 — O sistema de registo licenciado pelo presente despacho, da responsabilidade da *titular*, é aplicável aos produtores que tenham transferido para a titular enquanto entidade gestora licenciada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro na sua redacção actual, a responsabilidade pela gestão de resíduos, e que independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a venda por comunicação à distância, coloquem no território nacional pilhas e acumuladores portáteis e de produtores de pilhas e acumuladores industriais.

B - CONDIÇÕES DE ARTICULAÇÃO DA ACTIVIDADE DA TITULAR COM OS OUTROS INTERVENIENTES

2 — A *titular* deve desenvolver a actividade licenciada pelo presente despacho em coordenação com a Agência Portuguesa do Ambiente e com as restantes entidades públicas competentes, prestando toda a colaboração que lhe for requerida.

3 — No âmbito da sua actividade, a *titular* deve desenvolver as necessárias diligências de cooperação com sistemas europeus congéneres de registo de produtores de pilhas e acumuladores, de forma a incrementar a eficiência global das operações de registo.

4 — A *titular* deve promover a necessária articulação com outras entidades de registo de produtores de pilhas e acumuladores, nomeadamente no que se refere à atribuição do número nacional de registo de produtor.

5 — A *titular* deve disponibilizar em acesso livre, no seu sítio na Internet, toda a informação recolhida no acto de registo, desde que não contenha dados pessoais e não constitua segredo industrial ou comercial, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

C - RESPONSABILIDADES E DEVER DE SIGILO

6 — A titular é responsável pela integridade, segurança e manutenção das informações recolhidas no sistema de registo de produtores de pilhas e acumuladores, devendo adoptar as medidas necessárias ao normal e seguro funcionamento do mesmo, conforme o disposto na Cláusula 9.ª.

7 — A titular, bem como o pessoal a ela afecto, estão obrigados a guardar sigilo sobre os dados de que têm conhecimento, por virtude do exercício das respectivas funções.

D – MODELO ECONÓMICO-FINANCEIRO

8 – TAXAS ASSOCIADAS AO PROCEDIMENTO DE REGISTO

O financiamento da *titular* resulta da taxa a suportar pelos produtores relativa ao procedimento de registo e é fixada no montante de 25 euros por produtor.

9 – OUTRAS TAXAS

9.1 – Para além da taxa associada ao procedimento de registo, e na eventualidade do sistema de registo apresentar ou evidenciar desequilíbrios financeiros in comportáveis, a *titular* pode propor a aplicação de uma taxa anual a cobrar aos produtores de pilhas e acumuladores registados, associada ao procedimento de declaração periódico.

9.2 – No caso referido no número anterior, a *titular* deve apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente uma proposta devidamente fundamentada, cuja aprovação ocorre no prazo máximo de 60 dias a contar da data de apresentação da proposta;

9.3 – No caso da Agência Portuguesa do Ambiente não se pronunciar considera-se a proposta apresentada pela *titular* tacitamente aceite.

E - ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE

10 — FISCALIZAÇÃO PÚBLICA GENÉRICA

10.1 - O relatório anual de actividades a apresentar pela titular até 31 de Março do ano imediato aquele a que se reporta deve incluir, pelo menos, informação detalhada sobre:

- a) Relatório financeiro que inclua, pelo menos, resultados contabilísticos (demonstração de resultados); descrição da aplicação dos resultados contabilísticos; descrição dos custos de funcionamento (pessoal, instalações, informáticos - *hardware* e *software*, gestão corrente, e/ou contratação de serviços externos); custos de disponibilização pública da informação; receitas - montantes relativos ao procedimento de registo de produtores e montantes relativos ao procedimento de declaração periódico (caso seja aplicável).
- b) Descrição pormenorizada dos resultados da actividade e de eventuais alterações no sistema de registo.

- c) Lista dos produtores registados com indicação do número nacional de registo atribuído e respectivo número de identificação fiscal.
- d) Propostas de melhoria.

11 — OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DE INFORMAÇÃO

11.1 - A titular fica ainda obrigada a apresentar, até 31 de Março de cada ano, as informações estatísticas discriminadas no número 1 da Cláusula 3.ª, nomeadamente:

- a) Tipo de pilhas e acumuladores colocados no mercado anualmente, no mínimo, conforme o estipulado no n.º 3 do anexo da Decisão n.º 2009/603/CE, de 5 de Agosto.
- b) Quantidade de pilhas e acumuladores colocados no mercado anualmente, em número e em peso.

11.2 - As informações apresentadas devem contemplar uma descrição da metodologia de controlo das quantidades de pilhas e acumuladores colocados e vendidos no mercado, em território nacional, detalhando o modo de compilação da informação e as estimativas adoptadas.

11.3 - Para o cálculo das vendas anuais de pilhas e acumuladores portáteis aos utilizadores deve ser tido em consideração o disposto na Decisão n.º 2008/763/CE, de 29 de Setembro, designadamente:

- O cálculo das vendas anuais de pilhas e acumuladores portáteis num dado ano, será expresso em peso das pilhas e acumuladores portáteis colocados no território nacional no ano em causa, excluindo as pilhas e os acumuladores portáteis que tenham saído do território nacional nesse ano, antes da sua venda aos utilizadores finais;
- A colocação de cada pilha no mercado será contabilizada uma vez;
- O cálculo será baseado nos dados recolhidos ou em estimativas estatisticamente significativas baseadas nos dados recolhidos.